



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Fazenda de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA SUBPOF/SEFAZ Nº 55 /2021

ASSUNTO: Medidas de ajuste relacionadas ao repasse do FPE: o novo coeficiente de participação do ERJ no rateio nacional; e a ampliação da base de cálculo dos repasses prevista na PEC nº 51/2019

1. INTRODUÇÃO – HISTÓRICO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS/FPE

1. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) foi instituído em 1965, a partir da Emenda Constitucional nº 18, Art. 21 – realizada à Constituição de 1946. Desde a sua criação, o FPE é um repasse realizado pela União aos estados com base em um percentual sobre a arrecadação do Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), percentual que passou por muitas modificações desde a sua criação até o início dos anos 90. O IPI foi também criado pela mesma Emenda do FPE, enquanto o IR havia sido instituído anos antes, na promulgação da Constituição de 1946.
2. Prevista no artigo 21 da referida EC, a regulamentação do FPE surgiu com o Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172/1966), e a vigência para a sua distribuição aos estados começou no ano seguinte, em 1967.
3. Posteriormente, o FPE foi recepcionado pelas Constituições Federais de 1967 e de 1988, sendo na última no Art. 159, inciso I, alínea “a” e ADCT art. 34, § 2º, incisos I e II. No Art. 161, inciso II, da Constituição Federal de 1988, há expressa a solicitação de Lei Complementar para regulamentar a matéria, isto é, os repasses do FPE – o que foi feito a partir da edição da Lei Complementar nº 62/1989[1].
4. O Anexo Único da LC nº 62 fixou os percentuais individuais de participação dos Estados e Distrito Federal no montante do FPE, que permaneceram inalterados desde 1990 até 2015; e o Art. 2º disciplinou a distribuição dos recursos aos estados. Já o percentual de repasse aos estados previsto no Art. 159, inciso I, alínea “a” está congelado (em 21,5% da arrecadação de IR e IPI) desde 1993.
5. Os Arts. 159 e 161 da CF/1988 e o Art. 2º da LC nº 62/1989 estão expressos abaixo:

"Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014).

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989)."

"Art. 161. Cabe à lei complementar:

(...)

II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios;

(...)

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

Art. 2º. Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE serão distribuídos da seguinte forma:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - 15% (quinze por cento) às Unidades da Federação integrantes das regiões Sul e Sudeste.

§ 1º Os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE a serem aplicados até o exercício de 1991, inclusive, são os constantes do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei Complementar.

§ 2º Os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a vigorarem a partir de 1992, serão fixados em lei específica, com base na apuração do censo de 1990.

§ 3º Até que sejam definidos os critérios a que se refere o parágrafo anterior, continuarão em vigor os coeficientes estabelecidos nesta Lei Complementar."

1.1 A DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 2º E ANEXO ÚNICO DA LC Nº 62/1989 PELO STF E A EDIÇÃO DA LC Nº 143/2013

6. Como mencionado anteriormente, a redação original da LC nº 62/1989 fixou os coeficientes de partilha do FPE desde 1990, o que provocou a impetração de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIN no Supremo Tribunal Federal (STF) por parte de vários estados a partir de 1993[2]. As ADINs questionavam, principalmente, a rigidez dos coeficientes de participação no FPE contidos na LC 62/1989, permanecendo os mesmos para cada estado ao longo de décadas.

7. Em suma, diferentemente dos critérios variáveis anuais adotados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios/FPM, os critérios utilizados para o repasse aos estados do Fundo ficaram congelados, fixos, desde 1990 - o que, ao invés de

diminuir o hiato de desigualdades socioeconômicas entre os estados – em consonância com texto constitucional – estaria auxiliando no movimento contrário, de ampliação das desigualdades em função das diversas mudanças que ocorreram no cenário econômico nacional e regional durante as últimas décadas.

8. Em 24 de fevereiro de 2010, houve a manifestação decisiva do STF^[3] favorável aos estados requerentes, ao julgar procedente o pedido das diversas ADINs, como se segue:

“ Decisão: O Tribunal julgou procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade 875, 2.727, 3.243 e 1.987, para, aplicando o art. 27 da Lei n. 9.868/99, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2o, incisos I e II, §§ 1o, 2o e 3o, e do Anexo Único, da Lei Complementar n. 62/1989, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012, nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que julgou procedente apenas a ação direta de inconstitucionalidade 1.987 e, no caso, não aplicou o art. 27 da Lei n. 9.868/99. Ausentes, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello e, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Falou pela Advocacia-Geral da União o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União. Plenário, 24.02.2010.”

9. Entre outros pontos abordados, o julgamento da matéria^[4] inclui posições importantes do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator Gilmar Mendes sobre o tema: previstas para serem aplicadas apenas para os anos de 1990 e 1991, as quotas referentes a cada estado, além de se manterem fixas ao longo de décadas, foram decididas a partir de séries históricas aplicadas anteriormente à Constituição de 1988, portanto abordando uma realidade distinta à época; ao invés de fixar os coeficientes pertencentes de cada estado, mesmo que de forma provisória, o dispositivo legal deveria indicar normas e critérios, isto é, diretrizes para balizar o cálculo das quotas pertencentes a cada estado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como determina o texto constitucional. Tais diretrizes, ainda de acordo com o Relator, devem ser baseadas em indicadores dinâmicos, flexíveis, de forma a relatar adequadamente as mudanças ocorridas, de fato, em termos de desenvolvimento socioeconômico regional, citando a adoção de indicadores variáveis como a população, produção e renda per capita como exemplos de critérios que se enquadram na lógica redistributiva do FPE contida na CF/1988.

10. Após declarar inconstitucional todo o artigo 2º da LC nº 62/1989 em fevereiro de 2010, além de seu Anexo Único, o Acórdão ainda determinou um prazo para a manutenção dos coeficientes fixos – até 31 de dezembro de 2012, visto como essencial para o legislador corrigir as distorções contidas na LC nº 62 e evitar o caos federativo com o fim dos repasses previstos até a manifestação legislativa definitiva.

11. Entretanto, o prazo dado pelo STF para a promulgação da nova norma disciplinadora da matéria dos repasses do FPE venceu sem que houvesse a edição. Assim, os estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco impetraram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão no STF (ADO nº 23 MC/DF), requerendo a manutenção dos índices vigentes até que seja sanada a omissão legislativa.

12. A decisão do STF, de 24 de janeiro de 2013, além de garantir os repasses aos estados do FPE de acordo com o critério antigo, prorrogou extraordinariamente o prazo para a manifestação legislativa por mais cento e cinquenta dias, a contar da data da intimação da medida cautelar. Como a intimação ao Congresso se deu em 25 de janeiro, prazo final para a edição de nova lei seria 23 de junho de 2013, permanecendo nesse tempo os coeficientes fixos inalterados para cada estado.

13. Em 17 de julho de 2013 foi sancionada a Lei Complementar nº 143, dando nova redação à LC nº 62/1989 e dispondo sobre os novos critérios a serem adotados na partilha de recursos do FPE, como se segue:

Art. 1º O art. 2º da [Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), observado o disposto no art. 4º, serão entregues da seguinte forma:

I - os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no FPE a serem aplicados até 31 de dezembro de 2015 são os constantes do Anexo Único desta Lei Complementar;

II - a partir de 1º de janeiro de 2016, cada entidade beneficiária receberá valor igual ao que foi distribuído no correspondente decêndio do exercício de 2015, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo e pelo percentual equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) da variação real do Produto Interno Bruto nacional do ano anterior ao ano considerado para base de cálculo;

III - também a partir de 1º de janeiro de 2016, a parcela que superar o montante especificado no inciso II será distribuída proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária, assim definidos:

a) o fator representativo da população corresponderá à participação relativa da população da entidade beneficiária na população do País, observados os limites superior e inferior de, respectivamente, 0,07 (sete centésimos) e 0,012 (doze milésimos), que incidirão uma única vez nos cálculos requeridos;

b) o fator representativo do inverso da renda domiciliar per capita corresponderá à participação relativa do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária na soma dos inversos da renda domiciliar per capita de todas as entidades.

§ 1º Em relação à parcela de que trata o inciso III do caput, serão observados os seguintes procedimentos:

I - a soma dos fatores representativos da população e a dos fatores representativos do inverso da renda domiciliar per capita deverão ser ambas iguais a 0,5 (cinco décimos), ajustando-se proporcionalmente, para esse efeito, os fatores das entidades beneficiárias;

II - o coeficiente individual de participação será a soma dos fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária, observados os ajustes previstos nos incisos III e IV deste parágrafo;

III - os coeficientes individuais de participação das entidades beneficiárias cujas rendas domiciliares per capita excederem valor de referência correspondente a 72% (setenta e dois por cento) da renda domiciliar per capita nacional serão reduzidos proporcionalmente à razão entre o excesso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária e o valor de referência, observado que nenhuma entidade beneficiária poderá ter coeficiente individual de participação inferior a 0,005 (cinco milésimos);

IV - em virtude da aplicação do disposto no inciso III deste parágrafo, os coeficientes individuais de participação de todas as entidades beneficiárias deverão ser ajustados proporcionalmente, de modo que resultem em soma igual a 1 (um).

§ 2º Caso a soma dos valores a serem distribuídos, nos termos do inciso II do caput, seja igual ou superior ao montante a ser distribuído, a partilha dos recursos será feita exclusivamente de acordo com o referido inciso, ajustando-se proporcionalmente os valores.

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, serão considerados os valores censitários ou as estimativas mais recentes da população e da renda domiciliar per capita publicados pela entidade federal competente.” (NR)

14. Antes de entrar no mérito dos dispositivos contidos na LC nº 143/2013, é importante mostrar a intenção do legislador ainda no Projeto de Lei de origem da Lei original (PLC 288/2013). Na justificação do projeto, há uma clara manifestação: deve haver uma transição gradual entre a antiga e nova propostas, de forma a não prejudicar severamente os estados que perderiam recursos com a adoção imediata dos novos coeficientes. Isso pode ser percebido na LC nº 143 tanto no Art. 2º, inciso I, que prorroga mais uma vez a utilização dos coeficientes fixos que constam no Anexo Único da LC nº 62/1989; quanto no inciso II do mesmo artigo, que cria um fator de transição para a aplicação da nova metodologia (prevista no inciso III), condicionada ao acréscimo de arrecadação ao longo do tempo em relação ao mesmo período de 2015 atualizado por um fator.

15. Ou seja, o legislador admite que, mesmo no “longo prazo”, devem valer particularmente os critérios que dão origem ao novo cálculo e que estão dispostos no Art. 2º, inciso III da LC nº 143, como os relativos aos dados populacionais e o inverso da renda domiciliar per capita. Até a adoção exclusiva destes critérios, deve haver uma transição suave para o novo coeficiente – de acordo com o Art. 2º, inciso II, que será tão mais rápida quanto maior for o crescimento real da arrecadação do IR e IPI.

16. O Quadro 1 e Tabela 1 abaixo, relativos à 3ª cota decendial de maio de 2021 e elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN^[5], ajudam a entender melhor como funciona o mecanismo atual de distribuição dos recursos.

Quadro 1

FPE a ser distribuído no 3º decêndio de mai/21			
R\$ 2.685.516.075,82			
FPE distribuído no 3º decêndio de mai/15 (a)	Correção PIB ¹ (b)	Correção IPCA ² (c)	Valor de Referência (d=a*b*c)
R\$ 1.892.598.778,78	1,01350	1,3409	R\$ 2.572.045.809,45

1) 75% da variação do PIB definitivo de 2018, divulgado pelo IBGE em nov/20, em relação ao PIB de 2017.
2) Variação acumulada do IPCA entre abr/15 e abr/21.

Distribuição - critério art. 2º, inciso II e § 2º da LC 143/13	Distribuição - critério art. 2º, inciso III da LC 143/13
95,77%	4,23%

Tabela 1

ESTADOS	UF	Participação definida pelo inciso II e § 2º do Art. 2º da LC 62/89	Distribuição critério inciso II e § 2º do Art. 2º da LC 62/89	Participação definida pelo inciso III da LC 143/13	Distribuição critério inciso III da LC 143/13	Valor a ser repassado do FPE
Acre	AC	3,4210	R\$ 87.989.687	3,9531	R\$ 4.485.547	R\$ 92.475.234
Alagoas	AL	4,1601	R\$ 106.999.678	4,9123	R\$ 5.574.010	R\$ 112.573.688
Amapá	AP	3,4120	R\$ 87.758.203	3,9873	R\$ 4.524.415	R\$ 92.282.618
Amazonas	AM	2,7904	R\$ 71.770.366	4,7290	R\$ 5.365.990	R\$ 77.136.356
Bahia	BA	9,3962	R\$ 241.674.568	8,4142	R\$ 9.547.611	R\$ 251.222.179
Ceará	CE	7,3369	R\$ 188.708.429	6,2473	R\$ 7.088.818	R\$ 195.797.247
Distrito Federal	DF	0,6902	R\$ 17.752.260	0,6585	R\$ 747.241	R\$ 18.499.502
Espírito Santo	ES	1,5000	R\$ 38.580.687	1,9027	R\$ 2.158.981	R\$ 40.739.668
Goiás	GO	2,8431	R\$ 73.125.834	3,4509	R\$ 3.915.789	R\$ 77.041.623
Maranhão	MA	7,2182	R\$ 185.655.411	6,8519	R\$ 7.774.840	R\$ 193.430.250
Mato Grosso	MT	2,3079	R\$ 59.360.245	2,0727	R\$ 2.351.905	R\$ 61.712.150
Mato Grosso do Sul	MS	1,3320	R\$ 34.259.650	1,5119	R\$ 1.715.544	R\$ 35.975.195
Minas Gerais	MG	4,4545	R\$ 114.571.781	5,1361	R\$ 5.827.966	R\$ 120.399.746
Pará	PA	6,1120	R\$ 157.203.440	6,5267	R\$ 7.405.889	R\$ 164.609.329
Paraíba	PB	4,7889	R\$ 123.172.702	4,3835	R\$ 4.973.994	R\$ 128.146.696
Paraná	PR	2,8832	R\$ 74.157.225	2,5740	R\$ 2.920.754	R\$ 77.077.979
Pernambuco	PE	6,9002	R\$ 177.476.305	6,3233	R\$ 7.175.045	R\$ 184.651.350
Piauí	PI	4,3214	R\$ 111.148.388	4,4624	R\$ 5.063.514	R\$ 116.211.902
Rio de Janeiro	RJ	1,5277	R\$ 39.293.144	1,2666	R\$ 1.437.265	R\$ 40.730.409
Rio Grande do Norte	RN	4,1779	R\$ 107.457.502	3,7659	R\$ 4.273.168	R\$ 111.730.670
Rio Grande do Sul	RS	2,3548	R\$ 60.566.535	1,2587	R\$ 1.428.222	R\$ 61.994.757
Rondônia	RO	2,8156	R\$ 72.418.522	2,9820	R\$ 3.383.706	R\$ 75.802.228
Roraima	RR	2,4807	R\$ 63.804.740	3,4816	R\$ 3.950.574	R\$ 67.755.314
Santa Catarina	SC	1,2798	R\$ 32.917.042	1,2241	R\$ 1.389.020	R\$ 34.306.062
São Paulo	SP	1,0000	R\$ 25.720.458	0,8346	R\$ 947.064	R\$ 26.667.522
Sergipe	SE	4,1553	R\$ 106.876.220	3,6762	R\$ 4.171.429	R\$ 111.047.649
Tocantins	TO	4,3400	R\$ 111.626.788	3,4123	R\$ 3.871.967	R\$ 115.498.756
TOTAL		100,0	R\$ 2.572.045.809	100,0	R\$ 113.470.266	R\$ 2.685.516.076

(*) Os valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB.

Obs.: valores estimados. O cálculo definitivo do repasse está a cargo do Banco do Brasil.

17. Os repasses aos estados são feitos a cada decêndio, isto é, são realizadas três transferências por mês. O valor a ser repassado pelo Tesouro Nacional em cada decêndio é calculado com base na arrecadação de IR e IPI pela União no decêndio imediatamente anterior,

aplicando o percentual correspondente ao Fundo de 21,5%. Por último, há a dedução de 20% relativo ao FUNDEB – a STN divulga os valores distribuídos a cada estado com o percentual do FUNDEB já deduzido[6]. No exemplo acima, o valor a ser repassado aos estados no 3º decêndio de maio de 2021 é de R\$ 2.685,52 milhões.

18. Após o cálculo de quanto será distribuído aos estados, resta saber a forma em que se dará a distribuição dos recursos para cada estado. Para tal, o valor do repasse para o mesmo decêndio de 2015 é atualizado, utilizando-se o IPCA acumulado e 75% da variação real do PIB definitivo divulgado no ano anterior – em 2020, foi divulgado o resultado do PIB definitivo de 2018. Se esse valor atualizado for superior ao valor a ser repassado aos estados (R\$ 2.685,52 milhões), os coeficientes de distribuição permanecem os mesmos previstos no Anexo Único da LC nº 62/1989, declarados inconstitucionais pelo STF. Se for inferior, na diferença para o valor a ser repassado será aplicada a nova metodologia trazida pela LC nº 143/2013, Art. 2º, inciso III, cujos coeficientes pertencentes a cada estado são calculados pelo TCU anualmente com base em informações repassadas pelo IBGE, e que são o verdadeiro objeto de criação da referida Lei com base na determinação da Suprema Corte.

19. No caso real acima para o 3º decêndio de maio de 2021, o montante a ser repassado aos estados superou o valor atualizado para o mesmo decêndio de 2015, e a Tabela I mostra como foram feitos os repasses para cada estado, com os novos coeficientes incidindo apenas na diferença. Na prática, a distribuição total ocorre a partir de um coeficiente misto, atualmente muito mais próximo do coeficiente antigo – e ainda assim ocorre apenas quando há diferença positiva entre a receita arrecadada no período e a receita verificada em 2015 atualizada.

1.2 A MANIFESTAÇÃO DE ALAGOAS: A ADI Nº 5.069-DF CONTRA AS MUDANÇAS NA LC Nº 143/2013

20. Logo após a edição da LC nº 143/2013, o Estado de Alagoas impetrou a ADI nº 5.069[7], com pedido de medida cautelar, contra o art. 2º, I, II e III, primeira parte, § 2º e Anexo Único, da LC nº 62/1989, em sua nova redação. A ação foi julgada parcialmente procedente e o resultado será visto adiante.

21. No teor da ação, o requerente questiona a validade constitucional de diversos dispositivos contidos na LC nº 143/2013. No artigo 2º, inciso I, argumenta que a prorrogação de prazo até dia 31 de dezembro de 2015 para a distribuição de recursos com a antiga metodologia ofende diversos dispositivos constitucionais, e alega que o efeito transitório já havia sido considerado na determinação do prazo pelo STF para o cumprimento legislativo – dia 31 de dezembro de 2012, prazo que foi prorrogado por mais 150 dias; no Art. 2º, inciso II, ressalta que a nova redação dada pela LC nº 143 contém os mesmos vícios de inconstitucionalidade da redação original (LC nº 62/1989) ao condicionar parcela do recebimento dos estados aos mesmos coeficientes declarados inconstitucionais pelo STF; quanto ao inciso III do mesmo artigo, questiona a aplicação da nova metodologia apenas à diferença entre os valores a serem distribuídos em cada decêndio e o valor atualizado para o mesmo decêndio de 2015, ou seja, condicionando a aplicação das novas quotas a eventos incertos. Diz ainda que os valores atualizados para cada decêndio de 2015 tem superado com frequência a arrecadação dos anos posteriores, tornando a aplicação da metodologia anterior (declarada inconstitucional) a regra, e não a exceção. Termina requerendo a suspensão cautelar do art. 2º, I a III, exceto a parte final do último, nos termos da nova redação dada pela LC nº 143/2013.

22. Resumidamente, o Estado de Alagoas defende a aplicação imediata da segunda parte do inciso III do art. 2º da nova redação, isto é, da combinação de fatores relativos à população e ao inverso da renda domiciliar per capita para a definição das quotas de cada ente beneficiário anualmente e a serem aplicadas, integralmente, sobre a parcela de 21,5% do IR e IPI dedicada aos estados via FPE.

23. Diante das controvérsias que envolvem o tema, e levando em consideração a sua relevância em termos federativos, alguns pontos precisam ser esclarecidos.

24. Primeiro, é compreensível o requerimento do Estado de Alagoas haja vista que o fundamento primeiro da manifestação é a aplicação imediata dos novos coeficientes, estes considerados a razão principal para a decisão do STF em 2010, e salientando para o fato que já havia quase quatro anos da publicação do Acórdão da Suprema Corte.

25. Por outro lado, parece ser razoável a previsão de transição a ser realizada entre as metodologias antiga e nova em virtude das perdas que seriam geradas aos entes federativos cuja quota relativa está reduzindo com a nova situação. Mas a razoabilidade precisa conter dois pontos: primeiro, a certeza de que a nova metodologia será aplicada em sua integralidade; e segundo, o prazo para se concretizar a transição total entre os antigos e novos coeficientes.

26. Em relação ao segundo ponto colocado acima, dependendo do prazo para a aplicação de nova metodologia, pode-se incorrer em um grave problema: o rigor excessivo na metodologia de cálculo utilizada na transição para minimizar as perdas dos entes federativos cujas quotas são diminuídas tende a causar perdas futuras para os estados cujas quotas aumentaram relativamente. Assim, na (justa) tentativa de se evitar um erro, um outro acaba sendo criado.

27. E ainda, o objeto principal da manifestação do STF é a definição e aplicação de nova metodologia para a distribuição dos recursos do FPE aos estados, pois a Corte entende que a antiga poderia estar contribuindo para a ampliação das desigualdades regionais, e não o contrário.

28. Diante do exposto acima, nos resta fazer uma pergunta: qual é o prazo para a transição definitiva entre os antigos e novos coeficientes de acordo com a LC nº 143/2013?

29. A resposta para essa pergunta está relacionada diretamente com a capacidade de crescimento da arrecadação dos recursos pertencentes ao FPE – IR e IPI, isto é, está relacionada diretamente com a capacidade de crescimento da atividade econômica nacional ao longo dos anos. Na tentativa de respondê-la, foram criados dois cenários para a atividade futura: o Cenário Base, de acordo com as estimativas de mercado do Boletim Focus[8]; e o Cenário Otimista, que considera um crescimento mais robusto do PIB nacional (4,00% a.a.) nos próximos anos[9]. O resultado para a transição entre as metodologias de cálculo, em ambos os cenários, está na Tabela 2 abaixo.

30.

Tabela 2: Transição para a nova metodologia em dois cenários

		Transição		
Cenário Base	% Critério novo na distribuição	50%	90%	100%
	Ano	2041	2096	2203
Cenário Otimista	% Critério novo na distribuição	50%	90%	100%
	Ano	2034	2070	2138

Fonte: STN, BCB, IBGE e IPEADATA. Elaboração da Sefaz/RJ.

31. Diante dos resultados expostos acima, não resta dúvidas de que estamos diante de um problema: na melhor das hipóteses, o ciclo de transição terminará no ano de 2138, portanto em cento e dezessete anos.

32. Evidentemente, esse resultado não encontra parâmetros em matérias de temas semelhantes e que também envolvem alguma transição de metodologia. Por exemplo, a PEC nº 51/2019, que aumenta o percentual atual de 21,5% para 26% do IR e IPI distribuído aos estados, prevê uma transição gradual de cinco anos.

1.3 OS IMPACTOS DA LC Nº 143 NOS REPASSES AOS ESTADOS: SITUAÇÃO ATUAL DE DISTRIBUIÇÃO E MUDANÇA PARA APLICAÇÃO *INTEGRAL* DOS NOVOS COEFICIENTES

33. A Tabela 3 mostra a distribuição dos coeficientes – antigos e novos – relativos a cada estado. Os coeficientes antigos foram aplicados entre 1990 e 2015, de forma constante para cada estado; e os novos coeficientes, dinâmicos, são calculados anualmente pelo TCU com base nas informações populacionais e de renda domiciliar per capita enviadas pelo IBGE. Como as novas quotas são aplicadas na diferença entre a arrecadação de cada período e o valor correspondente de 2015 atualizado, o coeficiente utilizado na prática é “misto”, e muito próximo do antigo em função das particularidades que envolvem a atual distribuição.

Tabela 3: Perdas e ganhos com a aplicação *integral* dos coeficientes dinâmicos

	LC 62/1989 Anexo Único	Coeficiente realizado médio	DN TCU nº 144/2015	DN TCU nº 152/2016	DN TCU nº 159/2017	DN TCU nº 167/2018	DN TCU nº 175/2019	DN TCU nº 184/2020	Novo coeficiente médio	Perdas e ganhos relativos ²
UF/Ano	2015	2016 - 2021 ¹	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016 - 2021	
Acre	3,4210	3,4667	3,9413	3,8200	3,9579	4,0820	3,8084	3,9531	3,9271	13%
Alagoas	4,1601	4,2185	4,6119	4,9018	4,7439	4,9450	4,9004	4,9123	4,8359	15%
Amapá	3,4120	3,4355	3,6102	3,3487	3,5454	3,4321	3,9821	3,9873	3,6510	6%
Amazonas	2,7904	2,9421	4,2159	4,3852	4,6229	4,3737	4,8318	4,7290	4,5264	54%
Bahia	9,3962	9,3091	8,3564	8,4266	8,4059	8,2741	8,6071	8,4142	8,4140	-10%
Ceará	7,3369	7,2588	6,6743	6,5923	6,4391	6,3283	6,4720	6,2473	6,4589	-11%
Distrito Federal	0,6902	0,6873	0,6561	0,6583	0,6516	0,6572	0,6627	0,6585	0,6574	-4%
Espírito Santo	1,5000	1,5631	2,0839	2,3240	2,4028	2,3925	2,4221	1,9027	2,2547	44%
Goiás	2,8431	2,8601	2,8527	2,9741	3,2163	2,6719	3,0315	3,4509	3,0329	6%
Maranhão	7,2182	7,1851	7,0053	6,9004	6,6225	6,6841	6,9593	6,8519	6,8372	-5%
Mato Grosso	2,3079	2,2882	2,0353	2,2692	2,3179	2,0275	1,9003	2,0727	2,1038	-8%
Mato Grosso do Sul	1,3320	1,3617	1,7810	2,1546	1,5329	1,6955	1,5496	1,5119	1,7042	25%
Minas Gerais	4,4545	4,4894	4,5439	4,3861	5,0070	4,9081	4,9577	5,1361	4,8231	7%
Pará	6,1120	6,1370	6,3004	6,3602	6,3656	6,5297	6,2315	6,5267	6,3857	4%
Paraíba	4,7889	4,7498	4,4705	4,3202	4,4208	4,0524	4,4079	4,3835	4,3425	-9%
Paraná	2,8832	2,8427	2,3882	2,7185	2,4460	2,2879	2,2112	2,5740	2,4377	-14%
Pernambuco	6,9002	6,8386	5,7262	6,0230	6,1814	6,4022	6,5750	6,3233	6,2052	-9%
Piauí	4,3214	4,3252	4,2849	4,2026	4,2926	4,4353	4,4188	4,4624	4,3494	1%
Rio de Janeiro	1,5277	1,6072	3,0410	2,8520	2,6823	2,9800	2,0557	1,2666	2,4796	54%
Rio Grande do Norte	4,1779	4,1601	4,2090	3,8761	3,6574	4,1811	4,0366	3,7659	3,9543	-5%
Rio Grande do Sul	2,3548	2,2682	1,5193	1,2254	1,3719	1,2001	1,5981	1,2587	1,3623	-40%
Rondônia	2,8156	2,8542	3,5571	3,4751	3,4152	3,2972	2,8702	2,9820	3,2661	14%
Roraima	2,4807	2,5110	2,7611	2,2922	2,4394	3,0007	2,4297	3,4816	2,7341	9%
Santa Catarina	1,2798	1,2818	1,4995	1,2291	1,4556	1,0401	1,3602	1,2241	1,3014	2%
São Paulo	1,0000	0,9815	0,7522	1,0463	0,6516	0,8587	0,6627	0,8346	0,8010	-18%
Sergipe	4,1553	4,1148	3,5899	3,7096	3,5544	3,8370	3,8178	3,6762	3,6975	-10%
Tocantins	4,3400	4,2622	3,5327	3,5285	3,6000	3,4256	3,2396	3,4123	3,4564	-19%

¹ Em 2021, foram considerados os meses de janeiro a maio.

² Variação percentual entre a média anual dos novos coeficientes calculados pelo TCU e a média anual dos coeficientes realizados entre 2016 e 2021.

Fonte: STN e TCU. Elaboração da Sefaz/RJ.

34. De acordo com a Tabela 3, todos os estados com variação relativa positiva entre a média dos novos coeficientes anuais e dos realizados de fato podem ser considerados perdedores na situação atual, pois a nova metodologia já poderia estar sendo aplicada em sua totalidade, caso não houvesse uma transição tão rígida quanto a prevista na LC nº 143/2013.

35. Estado mais prejudicado (em termos relativos) nos últimos cinco anos, o Rio de Janeiro já registrou uma perda de R\$ 4,3 bilhões[10] entre 2016 e 2020, ou uma perda média anual de R\$ 861 milhões, de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4: Perdas na distribuição do FPE no Rio de Janeiro - R\$ milhões

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Coefficiente realizado ¹	1,5277%	1,7012%	1,5899%	1,6142%	1,6717%	1,5683%
Novo coeficiente ²	-	3,0410%	2,8520%	2,6823%	2,9800%	2,0557%
Perdas nos repasses do FPE (R\$) ³	-	1.090,61	951,51	832,37	1.065,88	362,74
Total de perdas desde 2016 (R\$)						4.303,10

¹ Coeficiente misto aplicado para o ERJ no período.

² Coeficiente calculado anualmente pelo TCU para o ERJ.

³ Perdas, em R\$ milhões de dez/2020, realizadas a partir da diferença entre os coeficientes.

Fonte: STN e TCU. Elaboração da Sefaz/RJ.

36. E a Tabela 5 mostra como seria a distribuição regional em cada situação: no período anterior a 2016; no período entre 2016 e (maio de) 2021 de acordo com a distribuição atual (mista); e no mesmo período caso fosse aplicado somente os novos coeficientes. A tabela mostra, em especial, que haveria uma perda relativa nas Regiões Nordeste e Sul e ganhos nas Regiões Norte, Centro Oeste e Sudeste – em especial esta última, caso ocorra a adoção do coeficiente dinâmico na sua integralidade.

Tabela 5: Participação percentual de cada região - média anual 2016 - 2021

Região	Coefficiente antigo ¹	Coefficiente realizado ²	Coefficiente novo ³
Norte	25,4	25,6	27,9
Nordeste	52,5	52,2	49,1
Centro Oeste	7,2	7,2	7,5
Sul	6,5	6,4	5,1
Sudeste	8,5	8,6	10,4

¹ Repasses fixos realizados até 2015.

² Repasses anuais médios realizados de acordo com a transição dos coeficientes. Em 2021 foi considerado o realizado até maio.

³ Repasses hipotéticos anuais médios considerando-se a aplicação integral do novo coeficiente.

Fonte: STN e TCU. Elaboração da Sefaz/RJ.

37. A tabela 5 acima mostra que a possível correção do erro criado pela LC nº 143/2013, aplicando imediatamente a integralidade dos novos coeficientes previstos no Art. 2º, inciso III, pode causar danos fiscais a alguns estados, especialmente os de regiões menos favorecidas historicamente e/ou mais dependentes dos recursos do FPE, como a Região Nordeste.

38. No entanto, isso não significa que a situação atual de distribuição seja adequada, haja vista que outros estados que deveriam ganhar com a aplicação das novas quotas de forma imediata, ou em uma transição adequada, devem permanecer nessa situação por, pelo menos, cento e dezessete anos, de acordo com a Tabela 2 – caso seja mantida a situação atual de transição.

1.4 A NOVA DECISÃO DO STF: NECESSIDADE DE NOVA REGULAMENTAÇÃO NO CÁLCULO DOS COEFICIENTES DE REPASSE DO FPE DE CADA ESTADO

39. Em junho de 2020, a Suprema Corte julgou parcialmente procedente[11] a ADI nº 5.069 impetrada pelo Governo de Alagoas, exigindo nova legislação sobre a matéria ao declarar inconstitucionais os incisos II e III, além do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62/1989, alterados pela Lei Complementar nº 143/2013, como se segue:

“ Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora) e Edson Fachin, que julgavam parcialmente prejudicada a ação direta quanto ao inc. I do art. 2º da Lei Complementar n. 62/1989, alterado pela Lei Complementar nº 143/2013, e ao Anexo Único da Lei Complementar nº 62/1989 e, na parte remanescente, julgavam procedente o pedido para reconhecer a inconstitucionalidade dos incs. II e III e do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 62/1989, alterados pela Lei Complementar nº 143/2013, sem pronúncia de nulidade, mantendo-se a aplicação desses dispositivos legais até 31.12.2022 ou até a superveniência de nova legislação sobre a matéria; e do voto do Ministro Marco Aurélio, que divergia parcialmente da Relatora, no que projeta a eficácia do pronunciamento do conflito da Lei com a Constituição Federal, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.”

40. De acordo com o Tribunal, os dispositivos legais trazidos pela LC nº 143/2013 continuam válidos até 31 de dezembro de 2022 – ou até a criação de nova norma disciplinadora do tema, regulamentando o novo cálculo dos coeficientes pertencentes a cada estado.

41. É importante registrar que o inciso III do art. 2º também foi declarado inconstitucional – o que pode alterar a regra de cálculo, hoje vigente apenas para uma parcela excedente de recursos, que se baseia em fatores representativos populacionais e no inverso da renda domiciliar per capita de cada ente beneficiário.

1.5 CRÍTICAS À METODOLOGIA DA LC Nº 143/2013 ANTERIORES À DECISÃO DO STF: O REPASSE DE RECURSOS DO FPE PARA COMPENSAR A DEFICIÊNCIA DE RECEITA DISPONÍVEL

42. O cálculo do novo coeficiente trazido pelo inciso III da LC nº 143, que envolve critérios de população e renda per capita, foi pensado nos moldes do art. 161 da CF/88, isto é – são critérios que variam ao longo do tempo, tornando os coeficientes dinâmicos ano após ano e contribuindo para promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes subnacionais, respeitando, em tese, a lógica redistributiva presente na Constituição Federal.

43. Em suma, os entes com menor renda domiciliar per capita e maior população tendem a receber maiores recursos dos Fundos de Participação. Como são coeficientes dinâmicos – os fatores de renda e população variam ao longo do tempo – os entes que apresentarem evolução (relativa) dos critérios utilizados de renda e população, passam a receber menos, também relativamente.

44. Essa lógica tem recebido críticas de alguns trabalhos mais recentes, caso do texto para discussão publicado pelo IBRE/FGV[12], de abril de 2013, que já questionava à época as mudanças trazidas pela LC nº 143/2013, na época ainda em formato de proposta tramitando no Congresso Nacional.

45. Os autores defendiam à época a utilização do PIB per capita em detrimento da renda domiciliar per capita para o cálculo dos coeficientes de repasse do FPE, já que os últimos poderiam atuar no sentido inverso do regramento constitucional, isto é, de ampliar as desigualdades socioeconômicas entre os entes ao beneficiar relativamente os entes das Regiões mais ricas. Em suma, o Produto Interno Bruto seria um parâmetro mais redistributivo que a renda domiciliar proposta na LC nº 143/2013.

46. Registra-se que a tabela 5 corrobora com os resultados apontados no trabalho do IBRE/FGV, com perdas e ganhos das regiões Nordeste e Sudeste, respectivamente.

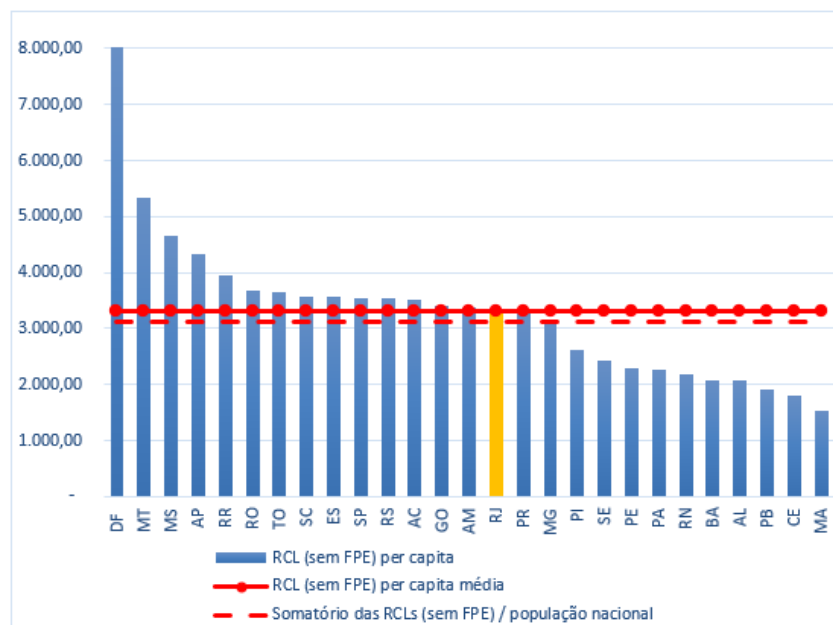
47. O trabalho termina sugerindo qual seria a melhor alternativa para a metodologia de cálculo dos coeficientes dos repasses do FPE:

“T tecnicamente, a melhor variável seria ponderar a receita estadual disponível porque aí seria possível ponderar diretamente, sem recurso a uma proxy (como PIB ou renda), qual é a efetiva disponibilidade de recursos de cada ente federado antes do FPE e usar sua distribuição para encurtar a distância entre aqueles com menores recursos e o que mais possui receita por habitante, ou a média dos maiores, ou mesmo a média nacional.”

48. Partindo-se desse pressuposto, foi realizado um cálculo para o ano-base de 2020, utilizando-se a RCL como uma *proxy* da ‘receita estadual disponível’.

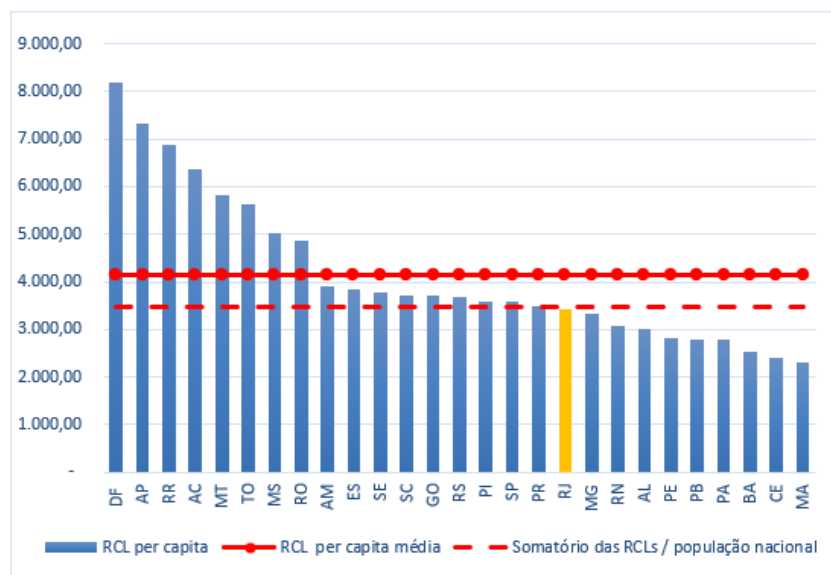
49. Os resultados mostram, de fato, que as transferências dos recursos do FPE atualmente, além de não promover o equilíbrio socioeconômico previsto na CF/88, tem servido para acentuar as desigualdades em termos de receitas disponíveis, como mostram os gráficos 1 e 2 abaixo:

Gráfico 1: RCL per capita estadual em 2020 antes do recebimento do FPE – R\$ correntes



Fonte: STN e IBGE. Elaboração da Sefaz/RJ.

Gráfico 2: RCL per capita estadual em 2020 – R\$ correntes



50. Os gráficos 1 e 2 acima mostram, particularmente, três situações: com exceção dos estados de Piauí e Sergipe, todos os outros entes que estavam abaixo da linha média nacional anteriormente ao recebimento do FPE continuaram com baixos recursos disponíveis per capita relativos; estados com alta RCL per capita relativamente antes da entrada de recursos do FPE, como Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins recebem muito mais recursos per capita do FPE que a grande maioria da Região Nordeste, o que contribui para aumentar ainda mais o hiato de receitas disponíveis entre os estados; e ainda, a situação específica de Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados que estavam acima da média nacional antes dos repasses do FPE, mas que ficaram abaixo após as transferências.

51. Sobre o último ponto acima, cabe destacar que, apesar de ter a 13ª menor receita disponível antes da entrada do FPE em 2020, o ERJ ficou atrás apenas de SP no recebimento de FPE per capita, o que corrobora que a atual distribuição ainda se baseia em princípios socioeconômicos vigentes em meados dos anos 90, quando RJ e SP ainda se encontravam à frente dos outros estados nesses quesitos, inclusive na questão arrecadatória.

52. Com o passar do tempo, outros estados ganharam maior relevância na geração de receitas próprias, em que pese a desigualdade socioeconômica ainda existente – o ERJ tinha em 2001 a 6ª maior RCL per capita do país; em 2007, já era o 9º colocado no ranking nacional; e em 2020, chegou à 18ª posição – o que torna a atual sistemática de distribuição dos recursos do FPE bastante atrasada e injusta para muitos entes, inclusive o ERJ.

2. AS MEDIDAS DE AJUSTE PROPOSTAS: O NOVO COEFICIENTE PROPOSTO PARA O ERJ PARA O RECEBIMENTO DAS RECEITAS DO FPE; E O AUMENTO DA BASE DE CÁLCULO DE IR E IPI PARA AS TRANSFERÊNCIAS AOS ESTADOS (PEC Nº 51/2019)

53. Diante dos notórios prejuízos (relativos) causados ao ERJ pela atual sistemática de transferências dos recursos relacionados ao FPE – e da real possibilidade de aumento do coeficiente fluminense após a decisão do STF em 2020 – sugere-se neste trabalho um aumento relativo da participação do ERJ no rateio nacional, isto é, um aumento relativo do coeficiente fluminense, e seus impactos fiscais a partir de 2024. Além desta medida, considera-se também os impactos fiscais nos repasses ao ERJ da ampliação da base de cálculo de 21,5% de IR e IPI para 26%, nos moldes da PEC nº 51/2019.

2.1 METODOLOGIA E PREMISSAS DO NOVO COEFICIENTE DE REPASSE DO FPE AO ERJ

54. Atualmente, como descrito anteriormente, os repasses do FPE aos estados em cada decêndio são realizados a partir de um coeficiente misto, isto é, o novo coeficiente dinâmico calculado pelo TCU (que deu origem à criação da LC nº 143/2019) exigido por determinação do STF em 2010 só é utilizado em situações específicas em que haja o excedente de recursos disponíveis para o decêndio de repasse em relação ao mesmo decêndio de 2015 atualizado por um fator (PIB e IPCA acumulados). Se o valor disponível para o repasse em certo decêndio for inferior ao valor atualizado do mesmo em 2015, utiliza-se o critério antigo na sua integralidade para os repasses nesse determinado decêndio.

55. Na prática, esse fator de atualização dos valores de 2015 proposto “amarra” a transição, e a tabela 2 resume esse lento processo.

56. Para o cálculo de quanto o ERJ poderá receber a partir de 2024, partiu-se da seguinte premissa: o coeficiente dinâmico anual calculado pelo TCU para o ERJ, para os próximos anos, foi fixado em 2,0445% - média verificada entre 2019 e 2022.

57. A partir da premissa anterior, foi realizada a diferença entre a permanência da situação atual - calculada a partir do Cenário Base do Anexo 1 – que considera a evolução lenta da transição entre o coeficiente de 2015 (1,5277%) e o novo coeficiente (2,0445%); e a nova situação, que considera os repasses do FPE - também de acordo com o Cenário Base do Anexo 1 – ao ERJ a partir da aplicação integral do coeficiente de 2,0445%.

58. Esse cálculo descrito acima também pressupõe que as discussões sobre os novos coeficientes exigidos pelo STF em decisão de 2020 se iniciará em 2023, e sua vigência será a partir de 2024 (inclusive).

59. Os resultados da diferença entre e a aplicação integral do novo coeficiente e a permanência na situação atual está na tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Ganho relativo com a adoção do coeficiente 2,0445% de forma integral

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
26,38%	24,67%	23,96%	23,17%	22,38%	21,61%	20,88%	20,17%

Fonte: Sefaz/RJ.

60. A tramitação para o novo coeficiente envolve diversos riscos, como: a não aprovação em tempo hábil de nova legislação regulamentando a matéria, como ocorreu com a própria LC nº 143/2013; a regulamentação em tempo hábil, porém com a aprovação de um coeficiente menor que o utilizado nos cálculos acima – por exemplo, em 2021 e 2022, os coeficientes calculados pelo TCU para o ERJ (1,2666% e 1,8758%, respectivamente) são inferiores ao coeficiente médio considerado para frente (2,0445%). Assim, para minimizar os riscos de não realização integral da medida de ajuste ora proposta, optou-se por utilizar um fator de risco de 50% sobre o valor calculado do impacto dessa medida de ajuste.

2.2 METODOLOGIA E PREMISSAS DA AMPLIAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PREVISTA NA PEC Nº 51/2019

61. Atualmente em 21,5% do IR e IPI – de acordo com o artigo 159 da CF/88, a base de cálculo para as transferências constitucionais do FPE pode ser alterada para 26%, o que beneficiaria todos os estados – já que, nesse caso, a “perda” seria da União.

62. Para alterar o texto constitucional, tramita no Congresso Nacional a PEC nº 51/2019^[13], que indica em seus dispositivos uma transição de cinco anos para se chegar no percentual de 26% de IR e IPI a ser transferido aos estados: manutenção de 21,5% no ano da aprovação e ano seguinte; 22,5% dois anos após a aprovação; 23,5% três anos após a emenda; 24,5% no quarto ano; e 26% no quinto ano subsequente à aprovação do novo texto constitucional.

63. O cálculo realizado para os efeitos dessa ampliação da base de cálculo pressupõe a aprovação da PEC nº 51/2019 em 2022, com efeitos de impacto a partir de 2024 – dois anos após a aprovação – respeitando a transição de cinco anos citada anteriormente.

64. Para o cálculo de quanto o ERJ poderá receber a partir de 2024, partiu-se da seguinte premissa: foi realizada uma diferença entre a situação atual – que evolui de acordo com o Cenário Base do Anexo 1 – isto é, mantido o coeficiente misto do ERJ e sua lenta transição e também mantido o percentual de 21,5% de IR e IPI; para a situação final de ajuste, que mantém o mesmo coeficiente da situação atual (transitório), mas muda o percentual, gradativamente, de 21,5% para 26% - também nos moldes previstos do Cenário Base do Anexo 1.

65. Os resultados percentuais que apresentam o ganho relativo da segunda medida proposta nesta NT entre a situação final e a situação atual estão abaixo na tabela 7:

Tabela 7: Ganho relativo com a ampliação da base de cálculo do FPE (PEC nº 51/2019)

2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
4,65%	9,30%	13,95%	20,93%	20,93%	20,93%	20,93%	20,93%

Fonte: Sefaz/RJ.

3 – CONCLUSÃO

66. Os resultados encontrados na situação de aplicação imediata (sem transição) do novo coeficiente do FPE para o ERJ (2,0445%) encontra-se abaixo na tabela 8:

Tabela 8: Acréscimo previsto nas receitas do FPE com o novo coeficiente – Em R\$ milhões correntes

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FPE Cenário Base (A) ¹	2.123,23	2.241,60	2.366,57	2.498,51	2.637,80	2.784,86	2.940,12
Ganho relativo novo coeficiente	26,38%	24,67%	23,96%	23,17%	22,38%	21,61%	20,88%
Cenário Ajustado novo coeficiente (B) ²	2.683,32	2.794,57	2.933,54	3.077,45	3.228,02	3.386,71	3.553,96
Diferença (B) - (A)	560,09	552,96	566,97	578,94	590,22	601,85	613,84
Aplicação do fator de risco (50%) ³	280,04	276,48	283,48	289,47	295,11	300,92	306,92

¹ Cenário Base do NRRF. Valores incluem o FUNDEB.² Aplicação dos percentuais de crescimento com a adoção do novo coeficiente de forma integral (2,0445%).³ Aplicação do fator de risco de 50% sobre a diferença.

Fonte: Sefaz/RJ.

67. Já os valores adicionais estimados a partir do aumento da base de cálculo previsto na PEC nº 51/2019 encontra-se abaixo na tabela 9:

Tabela 9: Acréscimo previsto nas receitas do FPE com a ampliação da base de cálculo – Em R\$ milhões correntes

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FPE Cenário Base (A) ¹	2.123,23	2.241,60	2.366,57	2.498,51	2.637,80	2.784,86	2.940,12
Ganho relativo PEC nº 51/2019	4,65%	9,30%	13,95%	20,93%	20,93%	20,93%	20,93%
Cenário Ajustado nova base de cálculo (B) ²	2.221,99	2.450,13	2.696,79	3.021,46	3.189,90	3.367,74	3.555,49
Diferença (B) - (A)	98,76	208,52	330,22	522,94	552,10	582,88	615,37

¹ Cenário Base do NRRF. Valores incluem o FUNDEB.² Aplicação dos percentuais de crescimento associados ao aumento da base de cálculo do FPE (PEC nº 51/2019).

Fonte: Sefaz/RJ.

68. Em suma, o resultado do cenário ajustado para as transferências do FPE ao ERJ pode ser resumido abaixo:

Tabela 10: Cenário Ajustado final das receitas do FPE - Em R\$ milhões correntes

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
FPE Cenário Base (A) ¹	2.123,23	2.241,60	2.366,57	2.498,51	2.637,80	2.784,86	2.940,12
Ganho relativo novo coeficiente (B)	280,04	276,48	283,48	289,47	295,11	300,92	306,92
Ganho relativo PEC nº 51/2019 (C)	98,76	208,52	330,22	522,94	552,10	582,88	615,37
Medidas de Ajuste FPE (B) + (C)	378,80	485,00	613,70	812,41	847,21	883,80	922,29
FPE Cenário Ajustado (A) + (B) + (C)	2.502,03	2.726,61	2.980,28	3.310,92	3.485,01	3.668,66	3.862,41

¹ Cenário Base do NRRF. Valores incluem o FUNDEB.

Fonte: Sefaz/RJ.

69. Finalmente, a tabela 11 abaixo mostra os impactos reflexos das duas medidas de ajuste nas receitas do FPE sobre as receitas do FUNDEB e sobre as despesas com os índices na Educação e Saúde:

Tabela 11: Impactos reflexos das medidas de ajuste nas receitas do FPE – Em R\$ milhões correntes

	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Medidas de Ajuste FPE (B) + (C)	378,80	485,00	613,70	812,41	847,21	883,80	922,29
20% destinados ao FUNDEB	75,76	97,00	122,74	162,48	169,44	176,76	184,46
25% destinados à Educação	94,70	121,25	153,43	203,10	211,80	220,95	230,57
12% destinados à Saúde	45,46	58,20	73,64	97,49	101,66	106,06	110,68

Fonte: Sefaz/RJ.

70. Conforme apresentado, o impacto das duas medidas aqui propostas (novo coeficiente FPE e PEC nº 51/2019) soma R\$ 4,94 bilhões ao longo do período entre 2024 e 2030. Se considerado o ganho líquido na arrecadação, isto é, após as deduções constitucionais de FUNDEB, Saúde e Educação, o impacto final é de R\$ 2,13 bilhões.

ANEXO 1 - Cenários

CENÁRIO BASE ATUAL - BOLETIM FOCUS*

*17/09/2021.

	2020	2021	2022	2023	2024
Var. % <i>real</i> PIB	-4,06	5,04	1,63	2,30	2,50
Var. % IPCA	4,52	8,35	4,10	3,25	3,00
PIB corrente	7.447.858	8.561.391	9.104.057	9.655.486	10.232.377
Var. % Deflator PIB¹	4,81	9,44	4,63	3,67	3,39
FPE nominal²	74.422,24	96.806,21	101.723,96	107.593,43	114.021,87
Var. % nominal FPE³		30,08%	5,08%	5,77%	5,97%

¹ De 2021 em diante, 1,13 x IPCA, média histórica de crescimento do deflator entre 2011 e 2020.

² Em R\$ milhões a preços correntes, já deduzidos os valores referentes ao FUNDEB.

³ Taxas de crescimento anuais associadas à manutenção da participação média do FPE sobre o PIB (1,1%) verificada entre 1996 e 2020.

* O FPE em 2021 é a última estimativa da STN disponível (Decreto nº 10.760, de 30/07/21).

** Os parâmetros para o cálculo do PIB corrente a partir de 2025 são os mesmos de 2024.

Fonte: STN, BCB, IBGE e IPEADATA. Elaboração da SEFAZ/RJ.

CENÁRIO OTIMISTA ATUAL

	2020	2021	2022	2023	2024
Var. % <i>real</i> PIB	-4,06	5,50	2,50	3,00	4,00
Var. % IPCA	4,52	8,75	4,50	3,75	4,00
PIB corrente	7.447.858	8.634.400	9.300.296	9.985.227	10.854.022
Var. % Deflator PIB¹	4,81	9,89	5,09	4,24	4,52
FPE nominal²	74.422,24	96.806,21	103.708,49	111.652,56	121.367,23
Var. % nominal FPE³		30,08%	7,13%	7,66%	8,70%

¹ De 2021 em diante, 1,13 x IPCA, média histórica de crescimento do deflator entre 2011 e 2020.

² Em R\$ milhões a preços correntes, já deduzidos os valores referentes ao FUNDEB.

³ Taxas de crescimento anuais associadas à manutenção da participação média do FPE sobre o PIB (1,1%) verificada entre 1996 e 2020.

* O FPE em 2021 é a última estimativa da STN disponível (Decreto nº 10.760, de 30/07/21).

** Os parâmetros para o cálculo do PIB corrente a partir de 2025 são os mesmos de 2024.

Fonte: STN, BCB, IBGE e IPEADATA. Elaboração da SEFAZ/RJ.

ANEXO 2 – Plano de Ação

Cronograma das entregas chaves				
Número da entrega chave	Descrição da chave	Meio da comprovação da entrega chave	Prazo para aprovação da chave	Entrega da chave
1	Novo coeficiente FPE (Lei Complementar)	Publicação no DOU	31/12/2023	2024 em diante
2	Nova base de cálculo FPE (Emenda Constitucional)	Publicação no DOU	31/12/2022	2024 em diante

Eduardo Brandão de Andrade
Coordenador de Projeções de Receitas Tributárias
ID 5007485-7

Daniela de Melo Faria
Superintendente de Acompanhamento da Receita Pública

De acordo,

Bruno Sobral

Subsecretário de Política Fiscal

ID.: 4458377-0

- [1] Histórico disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpe.pdf
- [2] ADI nº 875 de 13 de maio de 1993, proponentes PR, RS e SC; ADI nº 1.987 de 30 de março de 1999, proponentes MT e GO; ADI nº 2.727 de 18 de setembro de 2002, proponente MS; e ADI nº 3.243, de 24 de junho de 2004, proponente MT.
- [3] Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1757119>
- [4] Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=610258>
- [5] Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/comunicado-decendial-de-liberacao-do-fpm-fpe-e-ipi-ex/2021/9?ano_selecionado=2021
- [6] Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>
- [7] Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4501372>
- [8] Referente a 17 de setembro de 2021.
- [9] As variáveis utilizadas e os valores assumidos nos cenários base e otimista constam no Anexo 1 ao final deste trabalho.
- [10] Em valores constantes de dezembro de 2020.
- [11] Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4501372>
- [12] Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/economia-aplicada-fundo-de-participa_o-dos-estados-pib-ou-renda.pdf
- [13] Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7940444&ts=1630434517014&disposition=inline>



Documento assinado eletronicamente por **Daniela de Melo Faria, Superintendente**, em 25/10/2021, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Brandão de Andrade, Analista de Finanças Públicas**, em 25/10/2021, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Leonardo Barth Sobral, Subsecretário**, em 26/10/2021, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **23946992** e o código CRC **AA2EB530**.